

GEORGE VIDOR



Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) — instituição que Mário Henrique Simonsen ajudou a criar há 49 anos — Rubens Penha Cysne acha que o Banco Central não deveria participar diretamente da fixação das metas de inflação. Tal missão é hoje atribuída ao Conselho Monetário Nacional, no qual votam os ministros da Fazenda, do Planejamento e o presidente do Banco Central.

Na opinião do diretor da EPGE, ao participar da fixação das metas o BC fica sem condições de promover um debate público sobre dificuldades que poderá enfrentar em decorrência de o próprio governo, com sua política orçamentária, não contribuir expressivamente para se alcançar os objetivos traçados. Então ao BC somente sobra a opção de ajustar a taxa de juros, causando toda essa celeuma no Brasil a cada 45 dias, quando o Comitê de Política Monetária se reúne para elevar, reduzir ou manter os juros básicos.

“Nesse debate”, diz Rubens Penha Cysne, “a dose de variação dos juros básicos acaba ofuscando uma discussão mais relevante para os rumos da economia, que é a questão da política fiscal”.

Mas, para se alterar essa regra, seria preciso mudar a lei que define as funções do Conselho Monetário Nacional. A lei é de 1964.